

PCP

«Assegurar a vitória de um candidato da Democracia»

• Sessão de esclarecimento com Álvaro Cunhal

Perante uma sala cheia — a da Sociedade Filarmónica da Amadora — o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participou, na sexta-feira passada, numa sessão de esclarecimento sobre a situação política actual. Temas como o Governo recentemente empossado e a posição do PCP face ao executivo de Cavaco Silva, a nova composição da Assembleia da República, as próximas eleições autárquicas e as presidenciais, foram objecto de uma introdução do dirigente comunista, de que a seguir publicamos alguns dos mais significativos excertos (ler na pág. seguinte reportagem do período de perguntas e respostas).



Amadora: uma sessão do Partido

(...)

Governo PSD

Alguns comentários de direita especulam pelo facto de o PCP, antes de conhecer o Programa do Governo, declarar ter por certo que o Grupo Parlamentar do PCP proporá a rejeição do Programa. É plenamente fundamentada e justificada esta declaração do PCP.

Os propósitos do Governo PSD e o seu Primeiro-Ministro não são segredo para ninguém.

Todos sabemos o que tem sido ao longo dos anos a acção do PSD em sucessivos governos e em sucessivas coligações, nas quais o PSD foi o partido com maior número de ministros e secretários de Estado: 197, sem contar o Governo agora formado.

Todos conhecemos os princípios programáticos antidemocráticos anunciados pelo actual Primeiro-Ministro em numerosas ocasiões, incluindo na campanha eleitoral.

Todos vemos que o Governo PSD conserva ministros de triste memória do Governo PS/PSD.

Não temos qualquer dúvida de que este Governo vai tentar prosseguir, no essencial, as grandes linhas da política antipopular e antidemocrática dos governos PS/PSD e PSD/CDS.

Justifica-se pois plenamente a nossa posição: **o Grupo Parlamentar do nosso Partido apresentará uma moção de rejeição do Programa do novo Governo.**

É bom que fique absolutamente claro que **não só não daremos a mínima contribuição para viabilizar o Governo PSD, como combateremos a sua previsível política antipopular e antidemocrática.**

O Governo PSD não poderá realizar tal política sem que outros partidos com representação na Assembleia da República a apoiem ou permitam.

Os partidos que o façam assumirão naturalmente as suas responsabilidades perante o povo português e o seu próprio eleitorado.

Dentro e fora da Assembleia da República, o PCP manter-se-á firmemente na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, das liberdades e direitos dos cidadãos, das conquistas democráticas que são parte integrante do regime democrático português, da independência e da soberania nacionais.

Já nos têm perguntado qual será a nossa atitude no caso de o Governo, embora com propósitos demagógicos, tomar de momento medidas como, por exemplo, aumento das pensões e reformas, aumento do salário mínimo nacional, pagamento dos salários em atraso, etc.

A nossa apreciação é clara.

Se o Governo PSD tomar tais medidas não será uma mostra de que a política de direita é boa. Se tomar tais medidas, o Governo mostrará que o PSD é obrigado, para não ficar mais isolado e para tentar sobreviver, a satisfazer, mesmo que parcialmente, justas reivindicações e reclamações dos trabalhadores e das massas populares.

Medidas, que em contradição com a política praticada ao longo dos últimos 9 anos pelo PSD em sucessivos governos, satisficam, mesmo que parcialmente, justas reivindicações e reclamações do povo português significarão uma grande derrota da política de direita e uma grande vitória da luta dos trabalhadores e das massas populares.

Eleições autárquicas

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião plenária de 20 de Outubro, confirmou os objectivos essenciais a alcançar:

- 1.º — manter a Presidência das câmaras e Juntas nos casos em que a APU tem a maioria;
- 2.º — obter a presidência em mais Câmaras e Juntas de Freguesia;
- 3.º — reforçar as posições da APU onde está em minoria e obter representação pela primeira vez em casos em que presentemente não dispõe de eleitos.

Estes objectivos estão ao nosso alcance.

Mas, para estas eleições, não só têm influência real as importantes alterações na situação política, verificadas nos últimos meses e particularmente em resultado das eleições de 6 de Outubro, como devem ter-se em conta factores novos que intervêm directamente em relação às eleições autárquicas de 15 de Dezembro, designadamente:

— o facto de o PS e o PSD, quase sempre com o apoio do CDS, apresentarem listas conjuntas em 41 dos 55 municípios de maioria APU e em numerosas freguesias;

— e a concorrência do novo partido, o PRD, particularmente em concelhos em que existem Câmaras de maioria APU.

A concentração dos votos do PS, do PSD e do CDS numa única lista, no primeiro caso, e a concorrência do PRD, sem qualquer possibilidade de ganhar as Câmaras mas susceptível de contribuir para que a lista de direita possa eventualmente ser a mais votada, constituem factores negativos para a democracia, nas próximas eleições autárquicas.

Esta situação obriga-nos sem dúvida a um maior esforço, a uma batalha mais dura para mantermos e reforçarmos as posições da APU nas autarquias.

A obra realizada e as provas dadas pelos eleitos da APU nas autarquias, o seu trabalho honesto e competente, a defesa do Poder Local democrático e a necessidade para as populações de impedir o assalto dos órgãos autárquicos pelas forças de direita, constituem linhas de força da nossa acção que dão sólidas razões para confiarmos em que os objectivos da APU serão alcançados.

Faz-se agora para aí grande alarido com a impugnação da Aliança Povo Unido que o PS e PSD fizeram em algumas dezenas de concelhos.

O que pretendem o PS e o PSD?

Fazendo chicana jurídica, pretendem pura e simplesmente eliminar a APU das eleições autárquicas, o que equivaleria a eliminar a APU de todas as autarquias.

Pode parecer absurdo que esses partidos joguem tal cartada aventureirista e irresponsável.

O facto é que este é o objectivo real, declarado e explícito do PS e do PSD ao apresentarem tais impugnações.

Não se trata de uma impugnação com quaisquer fundamentos legítimos.

Temos o dever de alertar o povo português de que se trata de tentativa de um verdadeiro golpe de Estado da direita na área do Poder Local.

As listas da APU concorrem a estas eleições documentadas com certidões passadas para o efeito pelo Tribunal Constitucional, tal como tem acontecido sempre desde a criação deste Tribunal.

A indigna iniciativa do PS e do PSD é um desesperado passo que

mostra não só o medo de novas derrotas nas eleições autárquicas, como o nível da baixa a que chegaram os métodos das direcções desses partidos.

Não nos deixaremos impressionar por esta tentativa de golpe de Estado na área do Poder Local.

Continuaremos com empenhamento, vontade, energia o trabalho para as eleições autárquicas.

E continuamos a confiar em que, nas próximas eleições, a APU conseguirá resultados que confirmem as suas posições e a sua valiosa acção nos órgãos autárquicos, ao serviço dos interesses das populações e do Poder Local democrático.

(...)

Eleições presidenciais

A apresentação de um candidato do PCP às eleições presidenciais insere-se nos objectivos que o PCP considera essenciais para essas eleições:

- derrotar os candidatos da direita, ou seja, Freitas do Amaral, Mário Soares e outros que eventualmente se apresentem;
- assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Segundo o PCP é de importância vital para o regime democrático, para o povo português e para Portugal que o futuro Presidente da República, no exercício dos seus poderes e competências, prossiga uma linha de estabilização democrática, cumpra e faça cumprir a legalidade democrática, assegure o funcionamento das Instituições, defenda o regime democrático e a independência nacional.

A candidatura do PCP não é apenas mais uma candidatura democrática. É uma candidatura democrática com uma característica particular: visa, com a sua presença e a sua acção, dar uma contribuição para que se venha a verificar o consenso e a confluência de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia.

Até ao extremo limite das possibilidades, o PCP guiar-se-á por este objectivo que considera vital para o regime democrático.

Todos os democratas devem ter plena consciência de que qualquer candidato da democracia caminhará para a derrota se não contar com o apoio dos principais sectores políticos e sociais democráticos. A verificar-se, tal derrota não significaria apenas uma derrota da sua candidatura, mas poderia contribuir para uma eventual derrota da democracia.

Considerando, como consideramos, que são objectivos essenciais a derrota dos candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia; considerando, como consideramos, que para tal vitória democrática é indispensável aquilo que temos chamado o acordo ou consenso verificado de todos os sectores que têm de assegurá-la com o seu apoio e os seus votos; — qual a nossa atitude face às diferentes posições que se verificam ou venham a verificar no campo democrático?

Em primeiro lugar, estimular as boas vontades e os esforços no sentido da convergência de apoios e de votos num só candidato da democracia.

Em segundo lugar, manifestar sérias reservas e atitudes de quaisquer democratas, incluindo candidatos, que excluam a partida a sua disponibilidade para a busca de um acordo para o apoio a um só candidato.

